



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15522 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

OS EFEITOS DO FUNDEB PARA O ANO DE 2023: A ESPECIFICIDADE DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS E A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE FUNDOS

Marcus Quintanilha da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Os EFEITOS DO FUNDEB PARA O ANO DE 2023: A ESPECIFICIDADE DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS E A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE FUNDOS

RESUMO

Este estudo tem por objetivo investigar o impacto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no financiamento da educação básica nos municípios da região metropolitana de João Pessoa, Paraíba, para o ano de 2023. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, analisando dados secundários provenientes do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e informações socioeconômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A metodologia envolve uma análise comparativa dos gastos por aluno, considerando a influência do Fundeb e a complementação financeira da União ao Fundo. Os resultados indicam que o Fundeb desempenha um importante papel para o desenvolvimento da equidade e qualidade da educação básica na região, equilibrando as disparidades entre os municípios. A dependência desses municípios em relação aos recursos do Fundeb destaca a importância das complementações governamentais para garantir um financiamento equitativo e suficiente para todos os alunos. Em suma, o estudo ressalta a interconexão entre o financiamento adequado proporcionado pelo Fundeb, a qualidade do ambiente educacional e a valorização dos profissionais da educação, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes nesse sentido.

Palavras-chave: Fundeb. financiamento da educação. Paraíba. Política educacional.

1 INTRODUÇÃO

A valorização docente e o financiamento da educação têm sido objeto de pesquisas recorrentes no campo da política educacional (Silva, 2023). Quando se trata da educação básica, Silva (2021) ressalta que se torna notável que algumas dessas políticas propiciam um certo impacto na qualidade da educação e são estruturais ao debate sobre o tema, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que vigorou de janeiro de 2007 a 2020, e é agora instrumento permanente, regulado pela emenda constitucional n° 108/2020 e regulamentado pela lei n° 14.113/2020, composto por recursos provenientes de uma parcela de impostos estaduais e repasses constitucionais, além de uma complementação da União aos estados e municípios (mediante critérios de equidade), favorecendo a implementação de um financiamento mais equitativo para as escolas públicas. Portanto, tomamos a política de fundos como ponto de partida para uma análise que se propõe investigar a influência de sua atuação em municípios paraibanos, dentro do recorte temporal do ano de 2023.

Na Paraíba, com a nova legislação do Fundeb, é possível notar um aumento considerável nos recursos destinados à educação do estado (Silva, 2023), o que pode resultar em melhorias nas condições das escolas, aumento dos salários dos professores e mais investimentos em materiais educacionais, e tal ação visa reduzir as disparidades no financiamento da educação entre os diferentes municípios e regiões. Isso pode significar que áreas com menos recursos como a Paraíba terão mais apoio financeiro para melhorar a qualidade da educação, podendo assim optar por implementar novas políticas educacionais para melhorar o desempenho dos alunos, pois possui mais autonomia na gestão de recursos permitindo que adapte melhor as políticas educacionais às suas necessidades específicas e tome decisões mais alinhadas com as demandas locais. Nesse sentido, Silva (2023), afirma que:

o VAAT [...] não consegue potencializar a equidade educacional sem que os outros dispositivos constitucionais, o papel indutor do Governo Federal e a vontade política local de elencar a educação pública como prioridade orçamentária caminhem na mesma direção de promover melhores condições orçamentárias e, conseqüentemente, a melhoria da valorização docente e da qualidade de vida da classe trabalhadora, seja na Paraíba ou em qualquer outro estado potencialmente desigual (Silva, 2023. p. 94).

Neste viés, compreende-se que o regime de colaboração entre os diferentes

entes federativos (estado, municípios e União) pode levar a uma maior cooperação entre os governos estadual e municipal na busca por soluções para os desafios educacionais, resultando em uma educação mais integrada e eficaz.

Dadas as considerações iniciais, o objetivo deste trabalho foi compreender os impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação Básica para a ampliação do potencial de aplicação de recursos para a educação e, especificamente, dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa–PB, no ano de 2023. Integrando o projeto de pesquisa intitulado “Os efeitos do Fundeb nos municípios da Paraíba entre os anos de 2020 e 2023: valorização do magistério e austeridade fiscal em foco”, registrado no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, este trabalho é o resultado parcial da investigação de iniciação científica no contexto do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica.

No que tange à abordagem, esta proposta se apoia em uma pesquisa de natureza qualitativa. De acordo com Stake (1982, p. 20) uma pesquisa dessa natureza se caracteriza por “dados obtidos a partir de um pequeno número de casos sobre um grande número de variáveis”. A partir da abordagem, o processo de construção da pesquisa tem suas características próprias. Stake (1982) aponta que, diferentemente de uma pesquisa de cunho quantitativo, o ponto de partida foi buscar casos ou eventos que sejam de interesse do pesquisador, podendo ser um pequeno grupo ou um caso específico. Nesse viés de pesquisa, o caso (ou casos) são investigados na sua singularidade, enquanto nas pesquisas quantitativas, as singularidades recaem como uma variância. O autor em voga enfatiza a necessidade de que, nesse tipo de abordagem, há necessidade de procurar eventos importantes e delinear em que contexto eles ocorrem. Contudo, a intenção desse trabalho não é apresentar uma generalização, tampouco ser subjetivo.

Especificamente neste trabalho, os dados não são provenientes de questionários e entrevistas, mas de dados secundários dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), dados de matrículas do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos dois primeiros, referência ao ano de 2023 e ao terceiro com base no ano de 2022.

Sobre o tratamento da informação, esta proposta se ancora, sobretudo, em Silva e Gouveia (2021), por compreender que a especificidade da pesquisa em financiamento da educação carece de levantamento de informações, mas que precisam ser consideradas no bojo de uma densa literatura do campo, do apoio às ações governamentais no âmbito legal e político e contextualizadas por questões sociais, econômicas e históricas. Em última análise, mais Estado ou mais Mercado

conduzem a intencionalidade política da ação do ente federado na maior, ou menor alocação de recursos, valorização dos profissionais da educação e melhoria da qualidade educacional e de vida do trabalhador.

Em relação ao indicador de parâmetro para a análise baseamos nosso indicador de gasto por aluno em três categorias distintas de despesas relacionadas à educação: um é o gasto por aluno que se refere aos dispêndios financeiros realizados ou comprometidos para fornecer serviços educacionais, incluindo todas as aquisições tangíveis e intangíveis. O gasto, em geral, é registrado nos demonstrativos financeiros das entidades públicas e está relacionado diretamente aos desembolsos financeiros, este é calculado por intermédio da divisão das despesas educacionais, pela quantidade de matrículas municipais refletindo diretamente as disponibilidades orçamentárias e as necessidades educacionais. (Ferraz; Polena; Quirino, 2018).

Além disso, será realizada uma análise comparativa com outros dois indicadores. O primeiro considerará o gasto por aluno sem o Fundeb, ou seja, retirando o resultado líquido do Fundeb, as complementações da União e o superávit do ano anterior. Isso permitirá uma visão mais precisa do impacto direto dos recursos provenientes dos impostos. E por fim, o terceiro indicador compreenderá o gasto por aluno sem as complementações financeiras da União ao fundo, o que nos possibilitará compreender o impacto específico das políticas federais nos municípios selecionados. Essa abordagem multifacetada nos permitirá uma compreensão mais abrangente e detalhada do cenário educacional e do papel das diferentes fontes de financiamento.

2 DESENVOLVIMENTO

Os municípios que foram incluídos na pesquisa foram Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Pedras de Fogo, Pitimbu, Rio Tinto e Santa Rita. Apenas o município de Lucena, também integrante da Região Metropolitana de João Pessoa, não foi incluído, pois não enviou os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) ao Siope em tempo hábil para este trabalho.

Os municípios da região metropolitana de João Pessoa, apresentam características socioeconômicas diversas, refletidas em indicadores como população, origem da carga tributária e número de matrículas escolares. Essas disparidades oferecem uma visão sobre como a distribuição de recursos do Fundeb pode afetar a equidade e a qualidade da educação básica.

Por exemplo, João Pessoa, com a maior população da região, possui a

menor dependência de receitas provenientes de fontes externas, com 57,9% de sua arrecadação vinda de transferências constitucionais. Isso sugere que João Pessoa tem uma base econômica mais sólida, o que potencialmente facilita maiores investimentos próprios em educação. Possui uma extensa rede educacional com mais de 72 mil matrículas, entretanto, a proporção de matrículas em relação à população é baixa.

Em comparativo, outros municípios com menor porte populacional tem no seu perfil de receitas de impostos um indicativo de baixa capacidade de arrecadação. São os casos de Pedras de Fogo, Rio Tinto, Caaporã, Cruz do Espírito Santo e Pitimbu, com mais de 85% de sua arrecadação de impostos oriundas de fontes externas, isto é, de transferências constitucionais provenientes de impostos estaduais e federais.

Tabela 1 - Perfil de impostos oriundos de fontes externas, população e matrículas

MUNICÍPIO	PERFIL DE IMPOSTOS ORIUNDOS DE FONTES DE EXTERNAS	POPULAÇÃO	MATRÍCULAS
JOÃO PESSOA	57,90%	833932	72134
SANTA RITA	87%	149910	14135
BAYEUX	79,20%	82742	8702
CABEDELO	66,10%	66519	8001
PEDRAS DE FOGO	86,50%	29662	6445
CONDE	76,20%	27605	6691
RIO TINTO	89,50%	24581	3227
ALHANDRA	93%	21730	3832
CAAPORÃ	92,20%	21193	3933
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	93,60%	17095	3309
PITIMBU	90,90%	16751	3532

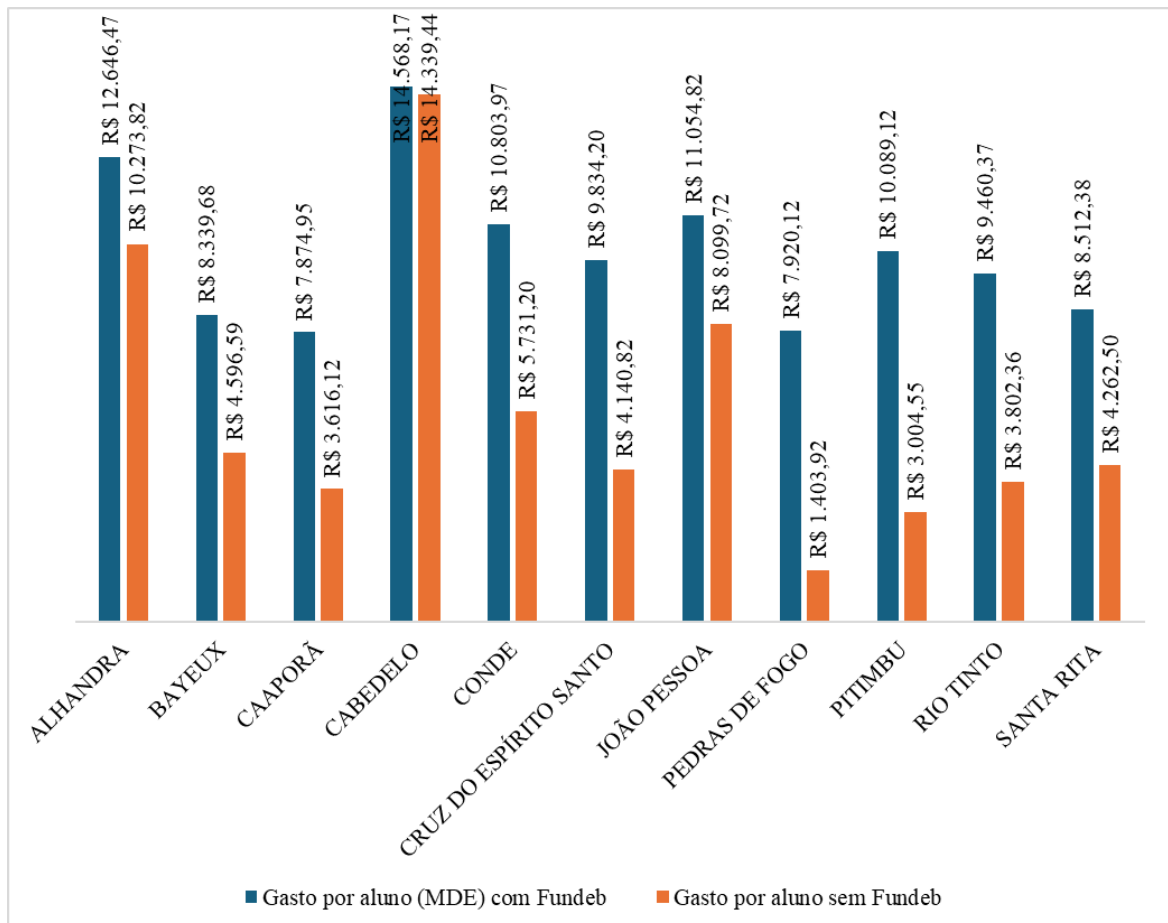
Fonte: Elaboração dos autores baseada em dados da pesquisa (2023).

Os municípios aqui analisados apresentam diferentes condições de acesso à educação e isso interfere visivelmente nos resultados obtidos. No entanto, é importante ressaltar que apenas as informações referentes aos aspectos socioeconômicos podem não ser suficientes para retratar completamente a realidade quanto ao desenvolvimento econômico de um município ou região. A dinâmica de redistribuição e a potencialidade do Novo Fundeb permanente em ampliar a capacidade de aplicação de recursos em educação é um exemplo, como podemos observar no gráfico 1.

A observação é de que há uma diferença significativa no impacto do Fundeb sobre os gastos por aluno, revelando não apenas a importância desse fundo para a manutenção e desenvolvimento da educação básica, mas também as variações na

estrutura econômica e demográfica de cada município. No exercício proposto, ao retirar os recursos do Fundeb da dinâmica municipal (o resultado líquido e as complementações), todos os municípios da região (exceto Cabedelo) teriam grandes dificuldades em manter suas redes de ensino, com destaques para Pedras de Fogo, Pitimbu, Cruz do Espírito Santo, Rio Tinto e Caaporã, com impacto que diminuiria em mais de 50% a capacidade orçamentária para a educação pública.

Gráfico 1 - Gasto por aluno (MDE) com Fundeb e sem Fundeb



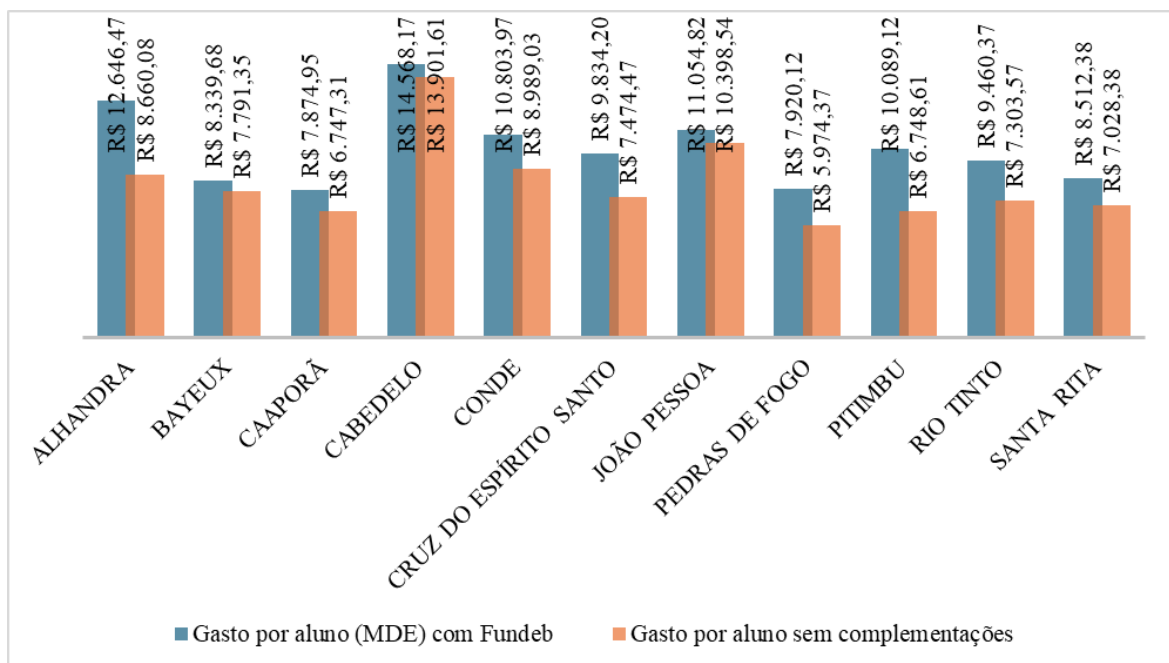
Fonte: SIOPE (2023). Dados trabalhados pelos autores (2024).

Ao analisar os dados da tabela, deve-se entender que o gasto por aluno com MDE representa os recursos efetivamente utilizados na Educação básica dos municípios, excluindo as despesas adicionais oriundas de fontes de recursos como o Salário Educação e outras transferências voluntárias para despesas que não se encaixam no perfil de MDE. Por outro lado, os outros dois cálculos apresentados - o gasto por aluno sem Fundeb e o gasto por aluno sem as complementações financeiras da União - são representações hipotéticas, destinadas a explorar possíveis cenários nos quais esses elementos não estivessem presentes. Assim, é necessário manter essa distinção ao interpretar os dados e considerar como esses

diferentes cenários podem influenciar a análise dos resultados.

Além disso, é importante ressaltar o papel fundamental do governo federal na complementação financeira com o Valor Aluno Ano Fundeb (VAAF), Valor Aluno Ano Total (VAAT) e Valor Aluno Ano Resultado (VAAR). Essas complementações são essenciais para garantir a equidade e a sustentabilidade do financiamento educacional em municípios que, de outra forma, enfrentam dificuldades significativas para manter um padrão de qualidade adequado. A seguir será brevemente explorado como essas complementações influenciam a formulação de políticas educacionais para viabilizar que os municípios, independentemente de suas características econômicas e demográficas, possam oferecer uma educação de qualidade para seus alunos.

Gráfico 2 - Gasto por aluno (MDE) com Fundeb e sem complementações



Fonte: SIOPE (2023). Dados trabalhados pelos autores (2024).

É interessante reconhecer que a capacidade financeira dos municípios varia consideravelmente, o que pode impactar diretamente a qualidade da educação oferecida. É aqui que entra o papel fundamental das complementações do governo estadual e federal, que buscam garantir um financiamento equitativo e suficiente para todos os alunos, independentemente da situação econômica de seus respectivos municípios. Neste contexto, é relevante analisar os dados sobre os valores recebidos pelos municípios através do Fundeb, comparando-os com os recursos que teriam disponíveis caso não houvesse essa complementação governamental. Essa análise nos permite compreender melhor a importância das

políticas de complementação e a necessidade de fortalecer o papel do governo na promoção da equidade e do acesso igualitário à educação de qualidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este projeto tem buscado investigar o papel do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no financiamento da educação básica no estado da Paraíba. Ao longo deste estudo, têm sido identificados vários aspectos importantes que contribuem para uma compreensão mais profunda do cenário atual e das questões relacionadas ao financiamento educacional que favorece a viabilização da oferta de uma educação mais equitativa e de qualidade, para além disso, reverbera uma maior valorização dos profissionais da área da educação.

Levando em consideração a abordagem qualitativa adotada pelos atores deste projeto, nossas descobertas revelam uma interconexão direta entre o financiamento adequado proporcionado pelo Fundeb e a qualidade do ambiente educacional, bem como o reconhecimento e a valorização dos educadores que desempenham um papel central nesse processo, pois quando os recursos do Fundeb são utilizados de forma eficaz e transparente, eles têm o potencial de promover a profissionalização da carreira docente, atrair talentos para a educação e, por consequência, elevar a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 14.113, 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília–DF, 25 dez. 2020a.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 108, 27 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**,

Brasília, DF, 27 ago. 2020b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 1937.

FERRAZ, J. P. V; POLENA, A; QUIRINO, S. R. Financiamento da Educação: uma análise a partir do gasto aluno-ano nos municípios do Paraná. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [s. l.], v. 8, 2018. DOI: 10.17648/fineduca-2236-5907-v8-70121. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/70121>. Acesso em: 10 maio 2024.

FNDE, Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO - Estadual – Paraíba. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOEstadual2006.do> Acesso em 08 maio 2023.

SILVA, M. Q. da. O Novo Fundeb permanente nos municípios do estado da Paraíba: uma leitura do impacto da política para o ano de 2022. **Revista Jornal de Políticas Educacionais**, [s. l.], v.17, e92096, ago. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v17i2.92096> .

SILVA, M. Q. **Valorização do magistério e austeridade fiscal em Curitiba** 121 f. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SILVA, M. Q. da; GOUVEIA, A. B. Desafios metodológicos da pesquisa em financiamento da educação: aspectos essenciais colhidos de estudos publicados na revista Fineduca. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 6, p. 1–13, 2021. DOI: 10.5212/retepe.v.6.18486.009.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO. Relatórios Municipais. Brasília: Ministério da Educação, 1968. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-apresentacao>. Acesso em: 09 abr. 2024

STAKE, R. E. Case studies. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.
